



MUNICÍPIO DE GUARAPARI  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
GABINETE DO PREFEITO

**LEI Nº. 3506/2012**

FIXA OS SUBSÍDIOS DO PREFEITO, VICE-PREFEITO,  
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO,  
CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO,  
SECRETÁRIOS ADJUNTOS, SECRETÁRIOS  
MUNICIPAIS E CORRELATOS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, alicerçado nas disposições do art. 88, Inciso V, da Lei Orgânica do Município - LOM, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte

**LEI:**

**Art. 1º** - Os subsídios mensais do Prefeito, Vice - Prefeito, Procurador Geral do Município, Controlador Geral do Município, Secretários Adjuntos Secretários Municipais e Correlatos, ficam fixados conforme Tabela 01, parte integrante desta Lei.

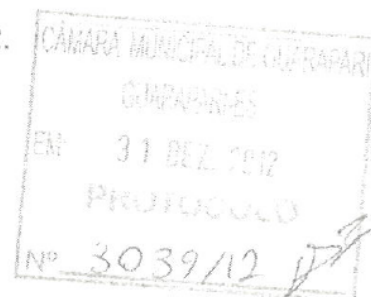
**Art. 2º** - O Prefeito e o Vice-Prefeito farão jus ao décimo terceiro subsídio.

**Art. 3º** - Os recursos necessários à execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias consignadas nos orçamentos do Município de Guarapari.

**Art. 4º** - Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013, sendo revogadas as disposições em contrário.

Guarapari - ES, 28 de dezembro de 2012.

**EDSON FIGUEIREDO MAGALHÃES**  
Prefeito Municipal





MUNICÍPIO DE GUARAPARI  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
GABINETE DO PREFEITO

TABELA 01

VALOR DOS SUBSÍDIOS	
Prefeito Municipal	R\$ 13.200,00
Vice-Prefeito Municipal	R\$ 7.200,00
Secretários Municipais, e Correlatos	R\$ 6.900,00
Procurador Geral do Município	R\$ 6.900,00
Controlador Geral do Município	R\$ 6.900,00
Secretários Adjuntos e Correlatos	R\$ 4.200,00

Guarapari – ES, 28 de dezembro de 2012.

**EDSON FIGUEIREDO MAGALHÃES**  
*Prefeito Municipal*

Projeto de Lei (PL) nº. 177/2012  
Autoria do PL nº. 177/2012: Poder Legislativo Municipal  
Processo Administrativo Nº. 21.919/2012

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI
GUARAPARIS
EM: 31 DEZ. 2012
PROTOCOLO
Nº 3039/12



PODER EXECUTIVO  
MUNICÍPIO DE GUARAPARI  
GABINETE DO PREFEITO

**LEI Nº. 4676/2022**

AUTORIZA A REVISÃO GERAL ANUAL DOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO, E DOS SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS DO PODER EXECUTIVO, CONFORME ARTIGOS 37, X, E 39, § 4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E ARTIGO 48, § 2º, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, alicerçado nas disposições do Art. 88, inciso V, da Lei Orgânica do Município – LOM, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte

**LEI:**

**Art. 1º.** Fica autorizada, em favor dos servidores públicos municipais efetivos ativos, inativos e pensionistas, dos Poderes Executivo e Legislativo, bem como em favor dos agentes políticos do Poder Executivo, a revisão geral anual no percentual de 10,16%, referente à perda inflacionária apurada no ano de 2021, conforme Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), excetuados os profissionais do magistério.

**Art. 2º.** Fica reconhecida aos agentes políticos do Poder Executivo do Município de Guarapari a revisão geral efetuada pelas Leis Municipais de números 3767/2014 e 4020/2016.

**Parágrafo Único.** A interpretação autêntica realizada pelo *caput* deste artigo produzirá efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2022, não retroagindo a período anterior.





**PODER EXECUTIVO  
MUNICÍPIO DE GUARAPARI  
GABINETE DO PREFEITO**

**Art. 3º.** Fica autorizada a concessão da revisão geral anual dos subsídios dos agentes políticos do Poder Executivo Municipal no percentual de 8,89%, referente à perda inflacionária apurada no período de julho 2017 a dezembro 2019, conforme Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

**Parágrafo Único.** A revisão geral anual concedida no *caput* deste artigo não se aplica aos servidores públicos municipais, considerando que seus vencimentos já foram reajustados quando da implantação da Lei nº 4.325/2019 e outras legislações.

**Art. 4º.** A revisão geral autorizada pelos artigos 1º e 3º, e a revisão geral reconhecida pelo artigo 2º, só se aplicarão aos agentes políticos se compatíveis com os tetos remuneratórios a que estão adstritos.

**Art. 5º.** Para a execução da presente Lei, será observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal e a Lei Complementar 101/2000, de 04 de maio de 2000.

**Art. 6º.** As despesas com a execução desta lei correrão à conta de dotações próprias do orçamento vigente e futuros no que couber, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir, no orçamento municipal, crédito adicional especial com recursos provenientes das anulações parciais ou totais de saldos remanescentes dos órgãos, grupos, funções e subfunções, se necessário, para atender às despesas decorrentes desta Lei.

**Art. 7º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2022.

Guarapari/ES, 14 de fevereiro de 2022.

**EDSON FIGUEIREDO MAGALHÃES**  
Prefeito do Município de Guarapari



**PODER EXECUTIVO  
MUNICÍPIO DE GUARAPARI  
GABINETE DO PREFEITO**

**LEI Nº. 4822/2023**

**CONCEDE A REVISÃO GERAL ANUAL AOS  
SERVIDORES PÚBLICOS, ALTERA  
DISPOSITIVO CONSTATANTE DA LEI Nº.  
4685/2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, alicerçado nas disposições do Art. 88, inciso V, da Lei Orgânica do Município – **LOM**, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte

**LEI:**

**Art. 1º.** Fica concedida a revisão geral anual no percentual de **5,47%** (cinco vírgula quarenta e sete por cento) aos servidores da Administração Direta do Poder Executivo, regidos pela Lei Nº 4685/2022, bem como os subsídios dos Agentes Políticos do Poder Executivo, conforme variação do INPC-IBGE, referente ao período de março/2022 a fevereiro/2023, concedido a teor do inciso X do Art. 37 da Constituição Federal.

**§1º.** Será acrescido à TABELA DE VENCIMENTOS BÁSICOS E NÍVEIS - VB 01 a VB 18), constante da Lei Nº. 4685/2022 - Anexo IV o reajuste com variação mínima de 0,53% (zero vírgula cinquenta e três por cento) e máxima de 14,53% (quatorze vírgula cinquenta e três por cento) de acordo com a referência do cargo, que passará vigor com os novos valores de vencimentos básicos (VB), fixados conforme anexo I, desta Lei, como se nela transcrita, resultando no percentual total com variação de 6% (seis por cento) a 20% (vinte por cento) na referida tabela.

**§2º.** A revisão geral anual no percentual de **5,47%** (cinco vírgula quarenta e sete por cento) será estendida aos servidores efetivos do Poder Legislativo Municipal.

**Art. 2º.** Permanecem inalterados os demais dispositivos constantes da Lei Nº. 4685, de 04 de abril de 2022.

**Art. 3º.** As despesas decorrentes desta lei, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

**Art. 4º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 1º de maio de 2023.

Guarapari/ES, 17 de maio de 2023.

**EDSON FIGUEIREDO MAGALHÃES**  
**Prefeito Municipal**

Projeto de Lei (PL)

Autoria do PL Nº. 076/2023: Poder Executivo Municipal

Redação Final: Comissão de Redação e Justiça/Poder Legislativo Municipal

Processo Administrativo Nº. 14.032/2023

02 JUL. 2024



PODER EXECUTIVO  
MUNICÍPIO DE GUARAPARI  
GABINETE DO PREFEITO

**LEI Nº. 4989/2024**

AUTORIZA A REVISÃO GERAL ANUAL DOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO E DOS SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS DO PODER EXECUTIVO, CONFORME ARTIGOS 37, X, E 39, § 4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E ARTIGO 48, § 2º, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, alicerçado nas disposições do Art. 88, inciso V, da Lei Orgânica do Município – LOM, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte

**LEI:**

**Art. 1º.** Fica autorizada, em favor dos servidores públicos municipais efetivos ativos, inativos e pensionistas, do Poder Executivo, bem como em favor dos agentes políticos do Poder Executivo, a revisão geral anual no percentual de 3,34% (três virgula trinta e quatro por cento), referente à perda inflacionária apurada entre junho/2023 a maio/2024, conforme Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conforme Artigo 48, § 2º, da Lei Orgânica do Município – LOM, combinado com os Artigos 37, X, e 39, § 4º, da Constituição Federal - CF, e excetuados os profissionais do magistério.

**Art. 2º.** A revisão geral autorizada pelo artigo anterior, só se aplicará aos agentes políticos se compatíveis com os tetos remuneratórios a que estão adstritos.

**Art. 3º.** Para a execução da presente Lei, será observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal e a Lei Complementar 101/2000, de 04 de maio de 2000.



**PODER EXECUTIVO  
MUNICÍPIO DE GUARAPARI  
GABINETE DO PREFEITO**

**Art. 4º.** As despesas com a execução desta lei correrão à conta de dotações próprias do orçamento vigente e futuros no que couber, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir, no orçamento municipal, crédito adicional especial com recursos provenientes das anulações parciais ou totais de saldos remanescentes dos órgãos, grupos, funções e subfunções, se necessário, para atender às despesas decorrentes desta Lei.

**Art. 5º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de julho de 2024.

Guarapari/ES., 1º de julho de 2024.

**EDSON FIGUEIREDO MAGALHÃES**  
Prefeito do Município de Guarapari